

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe**
- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas fornecida juntamente com o enunciado para a correção de sua prova.
 - Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
 - Eventuais espaços livres e não utilizados no enunciado e no quadro de respostas, quando não reservados no caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

SEFAZ AL – CARGO 2: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – 1º SIMULADO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Eliane Fontana



(Adão Iturrusgarai. Kiki – A primeira vez. São Paulo: Devir, 2002. p. 42.)

- No quadrinho 1, a forma verbal “acredito” está flexionada do singular para concordar com o pronome “EU”, sujeito simples da oração.
- A palavra “fiquei” está empregada com sentido de permanecer em um determinado lugar, logo pode ser substituída por “continuei”, sem causar prejuízo gramatical e sem alterar a semântica do contexto.
- Infere-se que, no último quadrinho, a palavra “alooou” foi escrita fora do padrão culto da linguagem, a fim de sugerir que a personagem atendeu ao telefone de forma “melosa”, “cheia de charme”, gerando humor na tira.
- A substituição do termo “MAS”, segundo quadrinho, pelas expressões “PORÉM” ou “CONTUDO” não acarretará prejuízo gramatical para o contexto.
- Na oração “E ele te ligou hoje?”, segundo quadrinho, o deslocamento do pronome “TE” para depois do verbo “ligou” causará prejuízo gramatical ao período, já que há exigência do uso de próclise por meio do pronome “ELE”, na condição de sujeito da oração.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Raphael Spyere

Tomando como base as disposições contidas na Lei Geral de Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/1992 e a respectiva interpretação jurisprudencial das Cortes Superiores Pátrias, julgue as assertivas.

- Quando o agente público autor de improbidade administrativa for mandatário, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei Geral de Improbidade prescrevem após o decurso de cinco anos, contados do término do mandato.
- Ressalvado o Presidente da República, que segundo a Constituição Federal por atos que atentam contra a probidade administrativa respondem por crimes de responsabilidade perante o Senado Federal, os demais agentes políticos como os Governadores, respondem por improbidade administrativa e em juízo de primeiro grau.

- 8** As ações de ressarcimento ao erário dos danos causados por ato de improbidade administrativa, que importa em enriquecimento ilícito, seja na forma dolosa ou culposa, são imprescritíveis.
- 9** A sistemática prescricional aplicada aos agentes públicos que incorreram em improbidade administrativa é a mesma a ser adotada sobre os particulares que com eles concorreram.
- 10** O controle promovido pelo Poder Judiciário sobre os atos administrativos discricionários compreenderá a matéria de conteúdo exclusivamente administrativo tanto quanto a juridicidade.
- 11** A apreciação pelo Congresso da concessão de emissoras de rádio e difusão representa controle externo legislativo.
- 12** O controle perpetrado pela Administração Direta sobre a Indireta é decorrência da tutela, e assim como o controle judicial, poderá ocorrer de ofício ou a pedido.
- 13** Configura quebra do sigilo bancário a requisição pelo Tribunal de Contas da União de documentos de auditoria interna promovida por sociedade de economia mista quando enfocados apenas dados operacionais sem a identificação de dados pessoais ou movimentações individuais dos correntistas.
- As licitações públicas representam os procedimentos administrativos exigidos constitucionalmente da Administração Pública quando da necessidade de se celebrar contratos administrativos. Sobre esse importante tema, julgue.
- 14** Diferentemente da Lei n. 8.666/1993, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece como hipótese de licitação inexigível a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- 15** De acordo com o Decreto n. 7.892/2013, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando pelas características do bem ou serviço houver necessidade de contratações frequentes.
- 16** No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- 17** Só é possível falar da aplicabilidade das normas constitucionais quando se tratar das Constituições rígidas, posto que as normas inferiores devam obedecer aos parâmetros estabelecidos por aquela.
- 18** Normas “não autoexecutáveis” (*not self-executing; not self-enforcing provisions ou not self-acting*) são preceitos constitucionais completos, que produzem seus plenos efeitos com a simples entrada em vigor da Constituição.
- 19** Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- 20** As normas programáticas são aquelas em que o constituinte não regula diretamente os interesses ou direitos nela consagrados, limitando-se a traçar princípios a serem cumpridos pelos Poderes Públicos (Legislativo, Executivo e Judiciário) como programas das respectivas atividades, pretendendo unicamente à consecução dos fins sociais pelo Estado.
- 21** O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Cada legislatura terá a duração de dois anos.
- 22** O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.
- 23** O controle de constitucionalidade é a verificação da adequação de um ato jurídico à Constituição, é o exame da adequação das normas à Constituição de maneira a oferecer harmonia e unidade a todo sistema, e, para que este controle exista, necessário se faz a existência de uma Constituição rígida.
- 24** A rigidez constitucional decorre do fato de que, para que sejam alteradas as normas da Constituição, é necessário um processo mais difícil, marcado pela exigência de um quórum mais elevado.
- 25** Os vícios formais atingem somente o ato normativo considerado, sem atingir o seu conteúdo, traduzindo um defeito de formação do ato normativo, referindo-se aos pressupostos e procedimentos relativos à formação da lei, seja no sentido da inobservância de princípio de ordem técnica ou pelo procedimento ou pela violação de regras de competência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Rafael de Oliveira

DIREITO EMPRESARIAL

Edilson Enedino

- 26** O registro público de empresas no Brasil é realizado sob a supervisão, coordenação e normatização do Departamento Nacional de Registro de Empresas e Integração – DREI. A execução desse registro, por sua vez, é realizada pelas Juntas Comerciais estaduais. A expressão “Junta” decorre da necessidade de alguns atos do órgão demandarem decisão colegiada. Nos termos da lei, estão sujeitos ao regime de decisão colegiada o arquivamento dos atos de constituição de sociedades anônimas e EIRELs, dos atos referentes à transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas mercantis, dos atos de constituição e alterações de consórcio e de grupo de sociedades, bem como o julgamento dos recursos previstos em lei.
- 27** As sociedades empresárias podem atuar de forma desconcentrada ou concentrada. Caso não tenham em seu quadro social outras sociedades, dizemos tratar-se de sociedade desconcentrada. Havendo participação de outras sociedades em seu quadro, estamos diante de sociedades concentradas. Nesse caso, as sociedades são consideradas coligadas, e o percentual de participação no capital social da outra as torna controladas, filiadas, ou de simples participação. Considera-se controlada a sociedade cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores, ou a sociedade cujo controle, referido no inciso antecedente, esteja em poder de outra, mediante ações ou quotas possuídas por sociedades ou sociedades por esta já controladas. Diz-se coligada ou filiada à sociedade de cujo capital outra sociedade participa com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la. É de simples participação a sociedade de cujo capital outra sociedade possua menos de dez por cento do capital com direito de voto.
- 28** A sociedade anônima pode ser constituída mediante escritura pública, podendo manter permanentemente como única acionista uma sociedade brasileira. Nesse caso, estaremos diante de uma sociedade subsidiária integral, a qual deverá ter o laudo de avaliação dos seus bens aprovado pela sociedade que subscrever o seu capital. Qualquer sociedade anônima pode ser convertida em subsidiária integral mediante aquisição, por sociedade brasileira, de todas as suas ações. Ante tais considerações, a sociedade subsidiária integral é exemplo de sociedade unipessoal, excepcionalmente admitido pelo direito brasileiro.

- 29** O prejuízo a credores específicos, no caso, credores tributários, foi o que motivou a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica pela primeira vez, ainda no século XIX, nos Estados Unidos da América, em nítida aplicação da teoria menor da desconsideração. O Código Tributário Nacional, ao regular a possibilidade de o patrimônio dos sócios ser atingido por dívidas da sociedade, desconsiderando-se a personalidade jurídica dela, adotou o mesmo critério americano como fundamento para sua aplicação, qual seja, a supremacia do interesse público no recolhimento do tributo, ante o interesse privado na preservação da responsabilidade limitada dos sócios. Ainda assim, caso seja requerida a desconsideração da personalidade jurídica para propiciar o pagamento de tributos, será necessária a comprovação da ocorrência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial por parte dos sócios, e, segundo o texto legal, uma vez desconsiderada a personalidade jurídica, apenas os sócios beneficiados pelo abuso é que terão seu patrimônio alcançado. Trata-se da aplicação da teoria maior da desconsideração.
- 30** O regime jurídico estabelecido pelo Estatuto da Microempresa prevê uma série de benefícios conferidos às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte. Contudo, algumas empresas, mesmo com faturamento dentro dos limites legais, não poderão se enquadrar como ME ou EPP. Dentre as entidades econômicas que não se enquadram no referido regime estão as sociedades cooperativas de consumo e aquelas que fazem parte de sociedades de propósito específico.

DIREITO CIVIL

Raquel Bueno

- 31** Juliana teve sua foto divulgada em um jornal, sem sua autorização, a pedido de uma loja de acessórios femininos. Na foto, Juliana aparece com um belo colar de pérolas e um deslumbrante par de brincos. A foto foi extraída do circuito de câmeras interno da loja, enquanto Juliana experimentava os acessórios. Neste caso, como não há prejuízo para Juliana, não há que se falar em dano moral.
- 32** Rita sofreu violação de sua honra em virtude de reportagem jornalística inverídica. Todavia, antes mesmo de ajuizar a ação indenizatória, Rita veio a falecer de complicações da COVID-19. Neste caso, seus herdeiros possuem legitimidade para propor a referida ação indenizatória por danos morais.
- 33** Conforme o ordenamento jurídico, a prescrição da pretensão de reparação civil se opera em três anos, no caso de responsabilidade civil aquiliana, e em dez anos em caso de responsabilidade civil contratual.

- 34** A pessoa absoluta ou relativamente incapaz não pode sofrer dano moral.
- 35** O inadimplemento relativo de uma obrigação é denominado de mora. A *mora ex re* é aquela que se configura após a interpelação do devedor.

DIREITO PENAL

Wallace França

Julgue os itens, à luz da aplicação da lei penal.

- 36** Não haverá crime sem lei anterior que o defina. Esse direito é previsto em âmbito legal e constitucional e considerado direito individual não podendo ser suprimido do ordenamento jurídico.
- 37** Lei nova que entre em vigor antes de cessarem os atos do crime permanente ou continuado será aplicada ao delito mesmo que mais gravosa ao agente.
- 38** A lei posterior que favoreça o agente delituoso a ele será aplicada mesmo em caso de já haver ocorrido o trânsito em julgado.

Julgue o item a seguir, à luz dos crimes praticados contra a Administração Pública.

- 39** O crime de excesso de exação será praticado na modalidade qualificada quando o tributo exigido, indevidamente, for desviado em proveito do agente público.

Julgue o item a seguir, à luz dos crimes contra as finanças públicas.

- 40** Comete crime contra as finanças públicas o agente que ordena operação de crédito externo sem prévia autorização do poder executivo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Felipe Pelegrini

Considerando os princípios e as normas do Direito Tributário, julgue os itens que se seguem.

- 41** A concessão do mandado de segurança e a moratória são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- 42** De acordo com o STF, inexistente direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, o que não contraria o princípio da não cumulatividade.

- 43** Para a instituição da contribuição de melhoria, deve-se observar tanto a anterioridade anual quanto a anterioridade nonagesimal.

Com base no texto da CF e nos princípios e nas normas do direito tributário, julgue o item a seguir.

- 44** O Estado de Alagoas divulgará, até o último dia do mês, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

A respeito de imunidade tributária e isenção fiscal, julgue o item que se segue, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal e da legislação pertinente.

- 45** A imunidade tributária objetiva (cultural) aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), exceto se possuírem funcionalidades acessórias.

Julgue o item a seguir, relativo à repartição das receitas tributárias, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e a legislação aplicável.

- 46** É assegurado aos estados e ao Distrito Federal o produto do imposto de renda retido na fonte originado das empresas estatais integrantes da Administração Pública direta.

Considerando as noções e os elementos fundamentais associados dos tributos no Brasil, julgue o item seguinte.

- 47** Entre as contribuições especiais, as contribuições destinadas ao custeio do serviço de iluminação pública diferenciam-se por não serem de competência exclusiva da União.

À luz das disposições do Código Tributário Nacional, julgue o item a seguir:

- 48** É presumida a fraude em matéria tributária unicamente em razão da alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Acerca do disposto pelo Sistema Tributário Nacional, assim como o entendimento doutrinário e jurisprudencial, julgue o item seguinte:

- 49** Empréstimos compulsórios no caso de investimentos públicos de caráter urgente e de relevante interesse nacional — como o combate à pandemia do novo coronavírus — dada a urgência do investimento público, poderão ser instituídos pelo Presidente da República por meio de Medida Provisória, desde que a União não possua recursos em seus cofres, vedada a redestinação.

À luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue o item subsecutivo, acerca da certidão de regularidade fiscal.

50 Na hipótese de lançamento por homologação, a entrega da declaração pelo contribuinte, ausente pagamento no vencimento, permite que o fisco se recuse a expedir a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

À luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir, levando em consideração os itens de imunidade e obrigação tributária.

51 É vedado ao Estado de Alagoas criar taxa de limpeza pública urbana.

Acerca dos dispositivos que regem o direito tributário, julgue a assertiva subsequente:

52 Tratamento favorável às empresas de pequeno porte será estabelecido por lei complementar, que poderá instituir regime único e facultativo de arrecadação de impostos e contribuições para empresas contribuintes dessa natureza.

Levando-se em conta os preceitos tratados no Sistema Tributário Nacional, bem como os dispositivos elencados no Código Tributário Nacional, analise a proposição a seguir:

53 Transação realizada por ente público titular de obrigação tributária com pessoa física ou jurídica gera a exclusão do crédito tributário.

No que se refere aos impostos estaduais e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema, analise o item a seguir:

54 Não constitui sanção, ainda que indireta, a cobrança do ICMS na entrada de mercadoria importada do exterior, no desembaraço aduaneiro.

Com relação às obrigações tributárias, julgue o item subsequente:

55 Dispensada a obrigação principal ao contribuinte, a obrigação acessória estará desobrigada.

Acerca das espécies tributárias, julgue o item que se segue:

56 Impostos adotam contraprestação estatal específica, em qualquer hipótese, tendo em vista o Princípio da Não Afetação / Não Vinculação dos impostos.

À luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema de responsabilidade tributária previsto no Código Tributário Nacional, julgue o item a seguir:

57 A falência não autoriza o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente, pois não se configura como sociedade dissolvida irregularmente.

À luz das disposições do Código Tributário Nacional (CTN), julgue a proposição a seguir:

58 Em havendo vários devedores solidários de determinado tributo, salvo disposição de lei em contrário, a suspensão da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

À luz das disposições do Código Tributário Nacional (CTN), julgue o item subsequente:

59 Na hipótese de ser julgado improcedente o recurso administrativo, sobrevindo decisão irreformável desfavorável ao fisco, este poderá, no prazo de 02 anos, valer-se da ação anulatória de decisão administrativa, na via judicial, para ver resguardada a sua pretensão.

Julgue o item que se segue, a respeito das disposições do Código Tributário Nacional (CTN):

60 Eventual crédito tributário, acometido pela prescrição tributária, fora pago de forma indevida e isso gerou direito de restituição ao sujeito passivo da obrigação tributária.

Acerca de fontes em matéria tributária e o tema nos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

61 Tratado internacional celebrado pela União que permita a isenção do ICMS para membro da ALALC afronta o princípio da vedação de isenções heterônomas.

Com referência às normas constitucionais relativas aos tributos em espécie, julgue o item a seguir:

62 Pertence 50% a União e 50% ao município o produto da arrecadação do imposto territorial rural (ITR) realizado pelo município, que assim optar, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Acerca dos impostos em espécie e da jurisprudência sobre o tema, analise a proposição subsequente:

63 O envio do carnê de IPVA, pelos correios, com instruções para realização de seu pagamento, traduz-se em lançamento direto e constitui o crédito tributário em si.

Considerando o que dispõe a CF, julgue o item a seguir, a respeito das limitações do poder de tributar, da competência tributária e das normas constitucionais aplicáveis aos tributos.

64 O IPTU pode ser progressivo para o contribuinte que detiver um maior número de imóveis, em atenção ao princípio da capacidade contributiva.

Acerca do Sistema Tributário Nacional, julgue o item que se segue.

65 Os serviços notariais e registrais, delegados do poder público, por possuírem status de essencialidade ao funcionamento do estado, estão dispensados do recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre seus serviços.

CONTABILIDADE GERAL

Feliphe Araújo

Sobre os Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir.

- 66** O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos financeiros, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.
- 67** Uma entidade adquiriu mercadorias para revenda pelo valor de R\$ 100.000,00 com ICMS de 20%. Posteriormente, a entidade vendeu 50% das mercadorias pelo valor de R\$ 120.000,00. Diante disso, o custo da venda foi de R\$ 50.000,00.
- 68** A distribuição de dividendos pela Sociedade altera quantitativamente o patrimônio líquido de forma diminutiva.

Com base nas demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 69** Na Demonstração do Valor Adicionado, os tributos devidos à União referente às contribuições de INSS que sejam ônus do empregador são classificados como distribuição de pessoal.
- 70** A tabela abaixo apresenta dados referentes aos fluxos de caixa extraídos da demonstração dos fluxos de caixa de determinada empresa. Diante disso, é correto afirmar que a soma dos fluxos de investimento evidencia um consumo de caixa igual a R\$ 1.175.000,00.

dados	valores (em R\$)
resgate de aplicações financeiras	50.000
ações em tesouraria alienadas	53.000
ações em tesouraria adquiridas	78.000
aumento de capital em subsidiária	105.000
recebimento pela venda de imobilizado	270.000
pagamento de dividendos e juros do capital próprio	350.000
aplicação em ativos biológicos	500.000
pagamento de compra de imobilizado	890.000
pagamento de financiamento	2.800.700
tomada de financiamento	3.350.000

- 71** As obrigações da companhia serão classificadas no passivo não circulante quando tiverem vencimento ao longo do exercício seguinte.
- 72** As receitas e as despesas devem ser incluídas na Demonstração do Resultado do Exercício no período em que ocorrem, em função de sua ocorrência e da vinculação da despesa à receita, independentemente de seus reflexos nas disponibilidades.

Com base na estrutura conceitual, julgue o item que se segue.

73 O custo corrente de ativo é o custo de ativo equivalente na data de mensuração, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data. O custo corrente de passivo é a contraprestação que seria recebida pelo passivo equivalente na data de mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos nessa data.

Com base nas variações patrimoniais, julgue os itens que se seguem.

74 Uma indústria contratou um seguro anual para um de seus equipamentos no valor de R\$ 9.000 a ser pago em 10 parcelas. A indústria deverá contabilizar mensalmente a cota relativa à apropriação do seguro com o seguinte lançamento contábil:

D – Despesas com seguros 900

C – Seguros a pagar 900

75 A depreciação contábil reduz o resultado da empresa e tem como contrapartida o reconhecimento de uma conta retificadora do ativo no balanço patrimonial.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Felipe Araújo

A tabela a seguir mostra os gastos realizados, no período X2, por determinada empresa industrial que fabrica vários produtos. Essa empresa utiliza o custeio por absorção, sendo o objeto de custeio o produto fabricado.

custo/despesa	valor (em R\$)
salários de vendedores	12.000
salários dos empregados da fábrica	29.000
salários da administração	17.500
embalagens do produto fabricado	6.000
seguro do prédio da fábrica	2.500
manutenção do prédio da fábrica	5.500
matéria-prima consumida	110.000
despesas financeiras	12.000
depreciação dos equipamentos da fábrica	5.500
depreciação dos equipamentos do escritório de vendas	1.500
material de escritório consumido	2.500
Quantidade produzida	1.000 unidades

Com base nas informações acima, julgue os próximos itens.

76 Os gastos com depreciação são custos indiretos.

77 Os custos da produção do período foram de R\$ 158.500,00.

78 Vamos supor que, no período X2, a empresa tenha um estoque inicial de produtos em elaboração no valor de R\$ 100.000,00 e estoque final de produtos em elaboração no valor de R\$ 100.000,00. Neste caso, o valor do custo da produção acabada é de R\$ 158.500,00.

No que se refere aos sistemas de custeio, julgue os próximos dois itens.

79 No cálculo do ponto de equilíbrio financeiro, há uma margem de lucro mínima desejada.

80 Situação hipotética: Uma empresa que utiliza o sistema de custo padrão para fins gerenciais considera que uma unidade de dado produto deve consumir 0,50 horas de mão de obra direta, cuja taxa horária é de R\$ 6,00. Em dado período foram produzidas 100 unidades desse produto, o que gerou uma variação favorável de taxa de mão de obra direta (MOD) de R\$ 50,00 e uma variação total de R\$ 10,00 desfavorável. **Assertiva:** Com base nessas informações, é correto concluir que a taxa efetivamente incorrida pela mão de obra utilizada foi inferior a R\$ 5,18.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Luiz Otavio

No que se refere a gerenciamento ágil de projetos e metodologias ágeis, julgue os itens abaixo:

81 Todo o Scrum Team é responsável por criar um Incremento valioso e útil a cada Sprint. Scrum define três responsabilidades específicas dentro do Scrum Team: os Developers, o Product Owner e o Scrum Master. O Product Owner é responsável por comunicar explicitamente a meta do produto, já os itens que farão parte do Product Backlog ficam a cargo do Scrum Master definir.

82 Sprints são eventos de duração fixa de um mês ou até menos, sendo que uma Sprint inicia imediatamente após a conclusão da Sprint anterior. O Sprint Review tem o propósito de inspecionar o resultado da Sprint e determinar adaptações futuras.

83 O gráfico de Burndown, permite acompanhar o andamento do projeto, do ponto de vista de produtividade, comparando o ideal com o real.

A cerca de BPM – Gestão de Processos de Negócio, julgue os itens abaixo:

- 84** BPM é capaz de representar as operações de negócio, levando sempre em consideração às estruturas funcionais tradicionais, sendo considerado como forma de prescrição da estrutura de trabalho da organização.

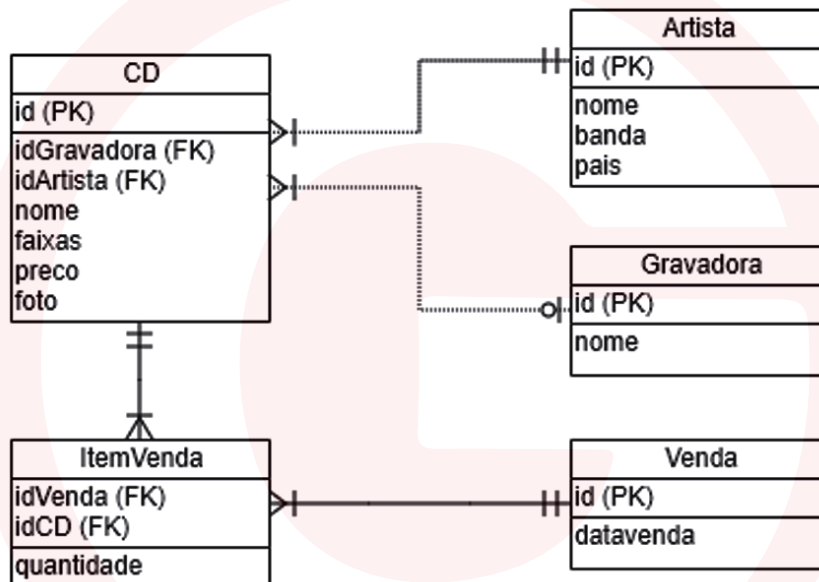
Sobre Big Data, julgue os itens a seguir:

- 85** Podemos dizer na definição sobre Big Data que o volume e variedade são características presentes, porém nunca se fala sobre a velocidade.
- 86** As tecnologias e aplicações de Big Data levam em consideração a existência de grandes volumes de dados não estruturados e estruturados para processamento e armazenamento.

Com relação à análise de dados e informações, julgue o item a seguir:

- 87** Podemos dizer que a informação é formada por dados em determinado contexto e que quando consolidada, gera conhecimento.

Acerca de bancos de dados relacionais e da modelagem dimensional, julgue os itens a seguir:



- 88** Considerando o diagrama acima, é correto afirmar que cada CD registrado pode ter mais de um artista associado.
- 89** O modelo de armazenamento multidimensional evolui dois tipos de tabelas: Fatos e Dimensões. As Dimensões representam um contexto relevante para o negócio da organização ou departamento, apresentando dados descritivos relacionado às tabelas Fatos.
- 90** O esquema estrela apresenta sua estrutura formada por uma tabela de fato e diversas tabelas de dimensão. Uma característica importante nesse esquema é que as tabelas de dimensão fazem uso de normalização, com objetivo de garantir melhor performance nas operações de consulta.
- 91** O data warehouse é integrado, não volátil e orientado a assuntos. Armazena dados históricos com a finalidade de apoiar usuários na tomada de decisões gerenciais, porém não é considerado um banco de dados, pois é variável em relação ao tempo.
- 92** Uma das principais vantagens da utilização de banco de dados é a possibilidade de facilitar o suporte ao gerenciamento de processos de produção e fabricação a partir do uso de indicadores.
- 93** Ferramentas OLTP possuem capacidade para utilizar e analisar um grande volume de dados em um modelo dimensional, fazendo uso de dados históricos.

A cerca de segurança a informação, julgue os itens a seguir:

- 94** A segurança da informação é constituída de alguns princípios: confidencialidade, integridade e disponibilidade. Cada empresa ou organização, seja ela privada ou pública, executa tais princípios de acordo com os objetivos e requisitos de negócio e de segurança.
- 95** No processo de autenticação é possível utilizar tokens, tanto na forma de dispositivo físico, quanto através de software, onde o objetivo é vincular um código a um usuário, conta ou até dispositivos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Marcelo Leite

Considere a seguinte **situação hipotética**:

Ana, Bia e Clara são auditoras do SEFAZ/AL. Uma delas é carioca, a outra, paulista e a outra alagoana. As idades dessas são distintas, entre si, podendo ser 30, 36 e 42 anos. Sabe-se, ainda, que:

- Ana não é carioca nem é a auditora que possui 30 anos.
- A alagoana tem 42 anos.
- Bia não é paulista nem tem 36 anos.
- Clara tem 36 anos.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir:

- 96** Ana tem 42 anos.
- 97** Bia não é carioca.
- 98** A sequência a seguir (S,E,F,A,Z,S,E,F,A,Z,S,E,F,A,Z,S,...) possui certo padrão que repete infinitamente. A letra que ocupa a 801ª posição é a letra S.
- 99** Ana, Bruno, Carlos, Daniela são auditores do SEFAZ/AL e em certo dia eles chegaram à repartição em momentos distintos. Sabe-se que:
- Ana e Daniela não chegaram nas duas últimas posições.
- Bruno foi o 3º a chegar.
- Daniela foi a 2ª a chegar.
Assim, a primeira e última é pessoa a chegar foram respectivamente Carlos e Ana.
- 100** Caso a sentença “Todo Auditor é honesto” seja verdadeira, então a expressão “José não é honesto, logo ele não é Auditor” também será verdadeira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Gustavo Moura

Um atacadista alagoano efetuou várias operações com feijão. Partindo da hipótese de que tal mercadoria, no Estado de Alagoas, tem diferimento até o momento da entrada em estabelecimento varejista ou estabelecimento industrial, que não há acordo interestadual relativo à substituição tributária de qualquer tipo, que há redução da base de cálculo nas operações internas, de forma que a carga tributária é de 7%, e considerando que todas as operações a seguir aconteceram pelo valor de R\$ 10.000,00, julgue o item a seguir entre C ou E:

- I – Venda para indústria alimentícia alagoana
- II – Venda para supermercado mineiro
- III – Venda para Prefeitura alagoana
- IV – Venda para supermercado alagoano

- 101** O valor do ICMS que o atacadista terá de pagar será, respectivamente: I – zero, II – R\$ 1.200,00, III – R\$ 700,00 e IV – R\$ 700,00.

Julgue os 3 (três) itens a seguir, a respeito da legislação tributária estadual:

- 102** São casos de incidência do ICMS a venda de refrigerantes pelo Supermercado Eça Chutarei, cujo imposto já foi retido por substituição tributária, bem como o fornecimento de mercadorias com prestação de serviço, sendo que tal serviço não é da competência tributária municipal, mas é preponderante em relação ao valor das mercadorias.
- 103** A indústria As Lagoas, sediada em Arapiraca/AL, forneceu ao mercado Jhonny Kleber, localizado em Natal/RN, 2 geladeiras, as quais foram revendidas a Ernesto, em Curitiba/PA e a Zeca, em São Luís/MA, ambos bancários, que as colocaram em suas respectivas cozinhas. Nessa **situação hipotética**, não cabe diferencial de alíquotas a favor do Estado do RN, mas cabe ao Paraná o ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna do Estado do Paraná e a interestadual, bem como ao Maranhão a diferença entre a alíquota interna do Estado do MA e a interestadual, estando ambos os recolhimentos sob responsabilidade do mercado Jhonny Kleber.

104 O local da operação para os efeitos da cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável é, no caso de mercadoria ou bem importados do exterior, o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido e, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados, aquele onde seja realizada a apreensão.

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições trazidas pela Lei n. 5900/96 (ICMS-AL):

105 A Agropecuária Chifrudus Tend Mont, de Maceió/AL, transferiu mil cabeças de gado para sua filial em MS. No mesmo mês, doou cinco vacas para a merenda escolar do Município local. Nessas situações, a base de cálculo será, respectivamente, o preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente e o valor de custo da mercadoria.

106 Presumem-se ocorridas operações ou prestações internas, tributadas, sem pagamento do imposto, quando se constatarem algumas situações que indiquem omissão ou inclusão de registros contábeis ou fiscais. Uma dessas situações é aquela em que haja valores informados por instituições financeiras e de pagamento, administradoras de cartões de crédito e de débito e condomínios comerciais, sem a respectiva emissão de documentos fiscais, ou tendo sido estes emitidos com valores superiores aos informados.

107 É imune ao ICMS a operação com livros, inclusive os utilizados para escrituração de qualquer natureza, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

108 É imediata a aplicação de Convênio ICMS destinado a prorrogar o prazo de vigência de benefício fiscal, uma vez publicada a sua ratificação no Diário Oficial da União, mesmo nos casos de benefício fiscal contemplado em Convênio autorizativo incorporado à legislação estadual.

109 Ocorre suspensão do lançamento do ICMS nas saídas de mercadorias para fins de demonstração, quando o destinatário estiver localizado no território do Estado e se revestir na qualidade de contribuinte do imposto. Essa condição suspensiva é encerrada se a mercadoria não retornar, por qualquer motivo, ao estabelecimento remetente dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da saída.

110 Deverão ser aplicadas as alíquotas internas do Estado de Alagoas quando das prestações de serviço de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida nesse Estado, bem como na arrematação de mercadorias ou bens.

111 Salvo disposição regulamentar em contrário, o lançamento do crédito do ICMS relativo a recebimento do serviço prestado será feito no período seguinte ao que se verificar o recebimento do serviço.

112 Poderá ser submetido a Regime Especial de Controle de Fiscalização o sujeito passivo que tiver créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, em valor que ultrapasse 30% (trinta por cento) do valor total das operações e prestações do ano corrente (devedor contumaz – art. 60-A, I, c, tb; mas não é do ano corrente, é do ano imediatamente anterior).

Acerca do processo administrativo tributário do estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

113 Situação hipotética: Pessoa sem competência legal e, portanto, sem legitimidade, se dirige ao posto fiscal para protocolar petição, solicitando análise imediata do Fisco em relação à matéria peticionada, pois precisa de uma solução com certa urgência. **Assertiva:** Nesse caso, o auditor fiscal deverá instruir o contribuinte com cordialidade acerca de sua não-legitimidade para peticionar, recusar o recebimento da petição e apontar o dispositivo legal em que se baseou para a recusa.

114 Não poderá o julgador tributário dar ao fato apurado definição jurídica diversa da que constar no auto de infração.

115 A edição de súmulas para condensar a jurisprudência firmada pelo Conselho Tributário Estadual (CTE) compete a seu Pleno; e a súmula somente será aprovada mediante a concordância de pelo menos três quartos do número total de julgadores do Pleno.

116 Quando por mais de um modo se puder praticar o ato, ou cumprir a exigência, preferir-se-á o menos oneroso para o Estado.

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n. 8085/2018 do estado de Alagoas que, dentre outras disposições, instituiu o Programa Contribuinte Arretado no Estado:

117 O Programa Contribuinte Arretado possui caráter temporário e tem como objetivo balizar as políticas públicas de gestão a serem formuladas e implementadas pela SEFAZ, promovendo a racionalização e simplificação dos procedimentos concernentes ao cumprimento das obrigações tributárias principal e acessórias relativas ao ICMS.

Julgue Certo ou Errado, de acordo com o disposto no Código Tributário do Estado de Alagoas (Lei n. 5077/1989):

118 São imunes aos impostos estaduais o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos dos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidas as disposições legais, mas o reconhecimento dessa imunidade depende de alguns requisitos, como o da ausência de remuneração para seus dirigentes e conselheiros.

À luz da Lei n. 6.558/2004 do estado de Alagoas, que institui o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP), julgue o item que se segue.

119 Os recursos do FECOEP não poderão ser utilizados para remuneração de pessoal e encargos sociais, não serão objeto de remanejamento, não serão objeto de transposição e não serão objeto de transferência.

Considerando o disposto na Lei n. 6.474/2004 do estado de Alagoas, que trata da antecipação tributária do ICMS nas aquisições interestaduais de mercadorias por contribuintes do estado de Alagoas, julgue o item a seguir.

120 A antecipação tributária citada na questão não é aplicável às mercadorias sujeitas à substituição tributária do ICMS.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Claudio Roisman

De acordo com a Lei n. 6.555 de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o IPVA, julgue os itens:

121 O fato gerador do imposto ocorre para veículo novo, na data de sua aquisição por consumidor final ou na data da incorporação ao ativo permanente de empresa fabricante ou revendedora, exceto se montado em local diverso do fabricante do chassi.

122 O imposto será devido no local do domicílio ou da residência do proprietário do veículo nesse Estado, sendo que para os efeitos dessa Lei, no caso de pessoa natural com múltiplas residências, presume-se como domicílio tributário para fins de pagamento do IPVA, o local onde, cumulativamente, possua residência e exerça profissão ou caso possua residência e exerça profissão em mais de um local, o endereço constante da Declaração de Imposto de Renda.

123 São isentos do IPVA os veículos automotores de propriedade de missões diplomáticas, órgãos consulares e representações de organismos internacionais, de caráter permanente, e de propriedade dos respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério das Relações Exteriores, desde que haja reciprocidade de tratamento.

124 Contribuinte do imposto é a pessoa natural ou jurídica proprietária de veículo automotor, sendo que no caso de arrendamento mercantil, contribuinte é a empresa arrendatária.

125 O lançamento de ofício poderá ser cientificado ao contribuinte por meio de Auto de Lançamento do IPVA, por Notificação de Débito do IPVA e por Auto de Infração.

De acordo com o Decreto nº 10.306 de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o ITCD, julgue os itens:

126 Entende-se por doação o ato ou fato em que o doador, por liberalidade, transmitir bem, vantagem ou direito de seu patrimônio ao donatário, que o aceitará expressa, tácita ou presumidamente, incluindo a doação efetuada com encargo ou ônus e o adiantamento da legítima.

127 São hipóteses de incidência do ITCD, a título de doação, dentre outras, a renúncia, a cessão onerosa e a desistência de herança, com determinação do beneficiário.

128 São bens ou direitos sujeitos ao ITCD, na transmissão causa mortis ou doação, o bem imóvel ou os direitos a ele relativos, desde que o inventário ou arrolamento tenha se efetuado neste estado.

129 Há isenção na transmissão de bens por doação ou legado de peças e obras de arte a museus e instituições de fins culturais, sem fins lucrativos, situados nesse Estado, desde que compreenda bens e direitos relacionados às suas finalidades essenciais.

130 Considera-se ocorrido o fato gerador, nas transmissões causa mortis, no primeiro dia do mês posterior ao do falecimento do *de cuius*.

AUDITORIA FISCAL

Vilson Cortez

Sobre as situações a seguir, assinale C ou E:

131 Em se tratando de testes de superavaliação da conta de estoques do ativo circulante, os testes são geralmente orientados às contas do próprio ativo e de receitas: por exemplo, considerando-se o método das partidas dobradas, é possível que, quando a conta de ativo estoques de mercadorias para revenda esteja superavaliada (teste principal), a receita de mercadorias para revenda esteja subavaliada (teste secundário).

132 Se a administração, após examinar uma classe de transações, saldos contábeis ou divulgação, corrigiu distorções que foram detectadas pelo auditor nas contas contábeis de disponibilidades, entre eles conta caixa e conta bancos, o auditor deve executar procedimentos adicionais de auditoria para determinar se continua havendo distorções.

133 Se a administração se recusar a corrigir algumas das distorções reportadas pelo auditor nas contas de estoque de mercadorias, o auditor deve obter o entendimento sobre as razões pelas quais a administração decidiu não efetuar as correções e deve considerar esse entendimento ao avaliar se os livros fiscais como um todo estão livres de distorções relevantes.

Os testes substantivos, segundo disposição da NBC TI 01 (Auditoria Interna), são aqueles que visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade. Sobre o tema assinale C ou E:

134 Seguindo a NBC TA 500(R1), a observação se caracterizada pelo acompanhamento de determinado processo ou procedimento (no caso, a contagem física do estoque), no momento de sua execução por terceiros.

135 A confirmação de estoques em poder de terceiros seria o confronto de informações obtidas internamente com fontes externas (fornecedores, por exemplo).

136 O inventário seria o confronto da contagem física (itens) com os respectivos registros contábeis.

137 Quando se realizaram testes de subavaliação da conta de receita de vendas, os testes são geralmente orientados às contas de ativo: por exemplo, é possível que, quando a conta de receita esteja subavaliada (teste principal), as contas de ativo circulante – caixa, bancos ou contas a receber – estejam subavaliadas (teste secundário), o que pode ser causado pela não contabilização de uma venda realizada.

Assinale C ou E:

Análises a partir de cruzamentos eletrônicos de informações permitem identificar divergências entre os arquivos XML da NF-e e os documentos escriturados da EFD-ICMS/IPI. Por exemplo, registros do grupo de informações “Período de Apuração do ICMS Diferencial de Alíquota – UF Origem/Destino EC 87/15” podem ser extraídos do sistema de NF-e para serem comparados com registros de escrituração EFD-ICMS/IPI que estão gravados no

138 bloco E.

139 bloco C.

Sobre o SPED EFD-ICMS/IPI, assinale Certo ou Errado:

140 O contribuinte deve gerar e manter uma EFD-ICMS/IPI para cada estabelecimento, devendo esta conter todas as informações referentes aos períodos de apuração do(s) imposto(s).

141 Via de regra, se existir a informação, é facultado ao contribuinte prestá-la.

142 O arquivo digital deve ser submetido a um programa validador, fornecido pelo SPED – Sistema Público de Escrituração Digital – por meio de download, o qual verifica a consistência das informações prestadas no arquivo.

143 A data final constante do registro 9999 deve ser sempre o último dia do mês.

144 Qualquer situação de exceção na tributação do ICMS ou IPI, tais como isenção, imunidade, não-incidência, diferimento ou suspensão do recolhimento, também deverá ser informada no arquivo digital, indicando-se o respectivo dispositivo legal.

145 Os arquivos da EFD-ICMS/IPI têm periodicidade mensal e devem apresentar informações relativas a um mês civil ou fração, ainda que as apurações dos impostos (ICMS e IPI) sejam efetuadas em períodos inferiores a um mês, segundo a legislação de cada imposto.

146 As informações deverão ser prestadas sob o enfoque da Secretaria da Fazenda.

147 A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes, na forma e prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

148 O arquivo da EFD a ser mantido é o arquivo XML gerado e transmitido (localizado em diretório definido pelo usuário), não se tratando, pois, da cópia de segurança.

149 Os contribuintes obrigados à EFD-ICMS/IPI, que estejam com suas atividades paralisadas, não devem apresentar os registros obrigatórios.

150 A Escrituração Fiscal Digital – EFD-ICMS/IPI é parte integrante do projeto SPED a que se refere o Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que busca promover a integração dos fiscos federal, estaduais e do Distrito Federal mediante a padronização, racionalização e compartilhamento das informações fiscais digitais, bem como integrar todo o processo relativo à escrituração fiscal, com a substituição do atual documentário em meio físico (papel) por documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins.

Assinale C ou E:

No processo de acompanhamento do inventário físico de estoques de matéria-prima, o auditor constatou a existência de quantidades relevantes de itens que constavam dos registros físico-financeiros e contábeis, mas não foram encontrados no local. O auditor pode ter descoberto

151 ativos e passivos fictícios.

152 ativos e passivos ocultos.

Em uma auditoria fiscal verificou-se que uma indústria alagoana remeteu a revendedor maranhense produto de sua fabricação sujeito a substituição tributária das operações subsequentes na unidade federativa de destino. O valor da mercadoria é de R\$ 15.000,00, além de Imposto sobre Produtos Industrializados no valor de R\$ 3.000,00, totalizando R\$ 18.000,00. Considerando que: – existe acordo de substituição tributária das operações subsequentes entre os dois Estados; – a alíquota interna da mercadoria é de 17% em AL e de 17% no MA; – a margem de valor agregado aplicável, de acordo com a legislação própria, é de 60%; – as duas empresas pertencem ao regime normal de apuração do imposto. O valor do ICMS a ser retido do destinatário é, em reais,

153 3.636,00.

154 3.846,00.

A empresa Lojas Xique Demais tem como atividade principal a venda de mercadorias por meio de site na Internet. Além de vender as mercadorias, a empresa também realiza, conforme a opção do cliente, a entrega, a instalação e a montagem. A empresa oferece opção de pagamento à vista ou a prazo. O cliente “A” comprou o equipamento a1 (R\$ 1500,00) e solicitou a entrega em seu domicílio (R\$ 145,00) e a instalação (R\$ 165,00). O cliente “B” comprou o equipamento b2 (R\$ 1750,00), para pagar a prazo

(10 parcelas de R\$ 182,00) e informou que a transportadora de sua confiança iria retirá-lo na loja. Sabe-se que a loja e os clientes estão no mesmo município e que o valor do frete cobrado pela transportadora do cliente “B” foi de R\$ 130,00. O valor da base de cálculo do ICMS em cada uma dessas operações de saída de mercadoria promovida pela loja é, respectivamente, de

155 R\$ 1810,00 e R\$ 1820,00.

156 R\$ 1810,00 e R\$ 1850,00.

A empresa B situada em Maceió/AL remete motor no valor de 100000 para conserto em oficina também situada em Palmeira dos Índios/AL. No retorno, a oficina emite uma nota fiscal no valor de 130000, dos quais 20000 se referem a mão de obra e 10000 se referem a material empregado no conserto. Um auditor fiscal se deparou com a situação e corretamente entendeu que:

157 por se tratar de remessa para conserto, não incide ICMS em nenhuma hipótese nessa situação.

158 incide ICMS sobre 10000.

Assinale C ou E:

Adão faleceu. Deixou testamento válido com uma única disposição na qual conferiu, como legado, um de seus três carros ao seu amigo de infância, João. Ultimamente, Adão morava em Vitória com seus dois filhos menores, Alex e Alexandre, havidos na constância de seu segundo casamento. Havia seis meses que estava separado de fato de Jade, com quem era casado em regime de comunhão universal. Do primeiro casamento, Adão deixou um único filho, Gino. Gino é casado, em regime de comunhão parcial de bens, com Marta, com quem tem duas filhas, Nara e Mara. Infelizmente, tempos atrás, Gino brigou com seu pai e não se falavam desde então. A despeito disso, ele se habilitou à sucessão. Além dos carros, Adão era proprietário de um apartamento em Maceió/AL, de uma casa em Marechal Deodoro/AL, de R\$ 1300.000,00 em aplicações financeiras e de 130 mil ações da Petrobrás. Na partilha, processada em Maceió, excluindo-se o legado, não houve atribuição individual de bens, de sorte que a cada herdeiro fora atribuído o seu respectivo quinhão.

Neste caso, considerando as disposições da Lei do ITCD do Estado do AL, o auditor fiscal entende que são contribuintes do ITCD, além de Alex, Alexandre e Gino,

159 João e Jade.

160 João.

DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO: AUDITORIA FISCAL

Júnia Andrade

Informações Preliminares:

- 1 Este simulado está avaliado em 25 pontos para cada discursiva, com reserva de 1 ponto para Apresentação.

ESTUDO DE CASO 1

Considere o seguinte **caso hipotético**:

Para melhorar a infraestrutura de pequenas cidades litorâneas do Estado de Alagoas e potencializar o desenvolvimento econômico local, o governo do estado firmou com dezenas de prefeituras, em 2018, um convênio que resultou na restauração de toda a orla e de praças públicas das referidas municipalidades. Com a finalização das obras em 2019, registrou-se melhoria da qualidade de vida dos moradores e dos trabalhadores locais e significativa valorização imobiliária. De posse disso, foi instituída lei estadual em 10/12/2019 para exigência de contribuição de melhoria com eficácia em 10/2/2020.

Considerando o texto acima como meramente motivador, discorra sobre o seguinte:

- 2 Aponte o objetivo central dos princípios da anterioridade geral e da noventena e esclareça se tais princípios são aplicáveis à contribuição de melhoria.
- 3 Discorra sobre o conceito e o fato gerador da contribuição melhoria e esclareça se é possível ao ente estatal cobrar o tributo em razão de fato gerador ocorrido em espaço de ente municipal.

DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Júnia Andrade

ESTUDO DE CASO 2

Considere o seguinte **caso hipotético**:

Inconformada com autuação fiscal justificada por apropriação indevida de créditos de ICMS relativos a transferências de mercadoria, a empresa Alfa Ltda. pretende protocolar impugnação em sede administrativa, alegando que tem o direito de não destacar ICMS relativo a deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos de que ela também é titular. Diariamente, a empresa Alfa que tem um centro de distribuição de mercadorias, sediado em Arapiraca (AL) abastece suas três lojas varejistas: a loja A, situada também em Arapiraca; a loja B, situada em Maceió (AL); e a loja C, situada em Garanhuns (PE)

Partindo-se tão somente das informações presentes no caso hipotético, discorra, com base na legislação e com base na jurisprudência, sobre os seguintes aspectos:

- 1 A possibilidade de incidência do ICMS na transferência intramunicipal de mercadorias.
- 2 A possibilidade de incidência do ICMS na transferência intermunicipal de mercadorias.
- 3 A possibilidade de incidência do ICMS na transferência interestadual de mercadorias.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE ALAGOAS
CARGO 2: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL**

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	E	C	E	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C	C	C	E	C	C

Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	C	C	C	C	E	C	C	E	E	E	C	C	E	E	C	C	C	C	E

Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	C	E	E	C	C	E	E	C	C	C	E	C	E	E	C	E	E	C

Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	E	C	E	E	E	E	C	E	C	E	C	C	E	C	E	E	C	E	C

Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	C	C	E	E	C	C	E	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	E	C

Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	C	C	E	E	E	E	C	E	C	E	E	E	E	C	E	E	C	C	C

Item	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
Gabarito	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	C	C	E	C	C	C	C	C	E	C

Item	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
Gabarito	E	C	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	E	C	C	E	E	C	E	C



REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você ser aprovado.**

»»» O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.

#VEM SER GRAN



Quero passar na prova discursiva

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Eliane Fontana



(Adão Iturrusgarai. *Kiki – A primeira vez*. São Paulo: Devir, 2002. p. 42.)

- 1 No quadrinho 1, a forma verbal “acredito” está flexionada do singular para concordar com o pronome “EU”, sujeito simples da oração.

Errado.

O sujeito responsável pela flexão do singular na expressão verbal “acredito” está elíptico. Veja: (EU) não acredito! Sendo assim, trata-se de sujeito desinencial, subentendido.

- 2 A palavra “fiquei” está empregada com sentido de permanecer em um determinado lugar, logo pode ser substituída por “contivei”, sem causar prejuízo gramatical e sem alterar a semântica do contexto.

Errado.

Definição semântica incorreta. O verbo “ficar” foi empregado no sentido de permanecer junto de alguém, namorar sem compromisso durante um curto período de tempo. Portanto, a substituição proposta causará alteração do sentido no contexto.

- 3 Infere-se que, no último quadrinho, a palavra “alooou” foi escrita fora do padrão culto da linguagem, a fim de sugerir que a personagem atendeu ao telefone de forma “melosa”, “cheia de charme”, gerando humor na tira.

Certo.

O autor fez uso de forma livre da escrita “alooou”, no lugar de “alô” a fim de reproduzir humor ao leitor e, para isso, tentou representar a fala visualmente.

- 4 A substituição do termo “MAS”, segundo quadrinho, pelas expressões “PORÉM” ou “CONTUDO” não acarretará prejuízo gramatical para o contexto.

Errado.

Os termos “PORÉM” e “CONTUDO” são elementos gramaticais que exigem o uso da vírgula. A posição do uso do termo “MAS”, introduzindo oração, caso houvesse a substituição, exigiria uma vírgula posposta aos termos sugeridos a fim de não causar prejuízo gramatical.

- 5 Na oração “E ele te ligou hoje?”, segundo quadrinho, o deslocamento do pronome “TE” para depois do verbo “ligou” causará prejuízo gramatical ao período, já que há exigência do uso de próclise por meio do pronome “ELE”, na condição de sujeito da oração.

Errado.

Não existe, na norma gramatical, exigência do uso de próclise por meio do pronome pessoal do caso reto e nem por meio do sujeito da oração.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Raphael Spyere

Tomando como base as disposições contidas na Lei Geral de Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/1992 e a respectiva interpretação jurisprudencial das Cortes Superiores Pátrias, julgue as assertivas.

- 6** Quando o agente público autor de improbidade administrativa for mandatário, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei Geral de Improbidade prescrevem após o decurso de cinco anos, contados do término do mandato.

Certo.

Em conformidade com o inciso I do art. 23 da Lei n. 8.429/1992. Por esse dispositivo:

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:
I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

- 7** Ressalvado o Presidente da República, que segundo a Constituição Federal por atos que atentam contra a probidade administrativa respondem por crimes de responsabilidade perante o Senado Federal, os demais agentes políticos como os Governadores, respondem por improbidade administrativa e em juízo de primeiro grau.

Certo.

Em conformidade com a Constituição Federal, art. 85, inciso V e art. 52, I, de fato, o Presidente da República por atos que atentam contra o dever de probidade respondem por crime de responsabilidade no Senado Federal em processo denominado de impeachment. Eis o teor dos citados dispositivos constitucionais:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
(...)
V – a probidade na administração.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:
I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

De acordo com o entendimento do Supremo (Pet 3240/DF, Rel. para acórdão Ministro Roberto Barroso, julgado em 10/05/2018), o foro por prerrogativa de função é previsto pela Constituição Federal apenas para as infrações penais comuns,

não podendo ser estendida para ações de improbidade administrativa, que têm natureza civil. Trata-se de decisão mais ajustada aos princípios da igualdade, da eficiência e republicano. Explicou o Excelso Pretório que:

1. Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade. Não há qualquer impedimento à concorrência de esferas de responsabilização distintas, de modo que carece de fundamento constitucional a tentativa de imunizar os agentes políticos das sanções da ação de improbidade administrativa, a pretexto de que estas seriam absorvidas pelo crime de responsabilidade. A única exceção ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade se refere aos atos praticados pelo Presidente da República, conforme previsão do art. 85, V, da Constituição.

2. O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, de natureza civil. Em primeiro lugar, o foro privilegiado é destinado a abarcar apenas as infrações penais. A suposta gravidade das sanções previstas no art. 37, § 4º, da Constituição, não reveste a ação de improbidade administrativa de natureza penal. Em segundo lugar, o foro privilegiado submete-se a regime de direito estrito, já que representa exceção aos princípios estruturantes da igualdade e da república. Não comporta, portanto, ampliação a hipóteses não expressamente previstas no texto constitucional. E isso especialmente porque, na hipótese, não há lacuna constitucional, mas legítima opção do poder constituinte originário em não instituir foro privilegiado para o processo e julgamento de agentes políticos pela prática de atos de improbidade na esfera civil. Por fim, a fixação de competência para julgar a ação de improbidade no 1º grau de jurisdição, além de constituir fórmula mais republicana, é atenta às capacidades institucionais dos diferentes graus de jurisdição para a realização da instrução processual, de modo a promover maior eficiência no combate à corrupção e na proteção à moralidade administrativa.

- 8** As ações de ressarcimento ao erário dos danos causados por ato de improbidade administrativa, que importa em enriquecimento ilícito, seja na forma dolosa ou culposa, são imprescritíveis.

Errado.

A questão exige que o candidato conheça do entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal acerca do tema improbidade administrativa.

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, exarado em diversos julgados, entre eles o RESp 940.629/DF (Rel. Ministro Teori Zavascki, DJe 04/09/2008), os atos de improbi-

dade administrativa que importam em enriquecimento ilícito (art. 9 da Lei n. 8.429/1992) não admitem forma culposa, ao contrário do que afirmado. Para a Colenda Corte:

As condutas típicas que configuram improbidade administrativa estão descritas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92, sendo que apenas para as do art. 10 a lei prevê a forma culposa. Considerando que, em atenção ao princípio da culpabilidade e ao da responsabilidade subjetiva, não se tolera responsabilização objetiva e nem, salvo quando houver lei expressa, a penalização por condutas meramente culposas, conclui-se que o silêncio da Lei tem o sentido eloquente de desqualificar as condutas culposas nos tipos previstos nos arts. 9.º e 11º. (REsp 940.629/DF).

E a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal assentada nos autos do RE 852.475/SP (Rel. Ministro Alexandre de Moraes, DJe 10/08/2018) em repercussão geral é contundente ao afirmar que:

São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

Reunindo os dois entendimentos, tem-se que os danos decorrentes de improbidade de enriquecimento, que exige dolo para configuração, são imprescritíveis. Daí o gabarito: errada a assertiva.

- 9** A sistemática prescricional aplicada aos agentes públicos que incorreram em improbidade administrativa é a mesma a ser adotada sobre os particulares que com eles concorreram.

Certo.

Aplicação literal da Súmula 634 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

O controle da Administração Pública exercido pelo Poder Legislativo e Judiciário é embasado na teoria constitucional dos Freios e Contrapesos, devendo ser exercido nos limites da Constituição, sob pena do contrário, haver afronta ao primado da Separação dos Poderes. Sobre o tema de controle da Administração, avalie como certas ou erradas as afirmativas subsecutivas.

- 10** O controle promovido pelo Poder Judiciário sobre os atos administrativos discricionários compreenderá a matéria de conteúdo exclusivamente administrativo tanto quanto a juridicidade.

Errado.

O controle promovido pelo Poder Judiciário não poderá invadir o conteúdo exclusivamente administrativo (ao contrário do que afirmado), isto é, de oportunidade e conveniência, mas tão somente a juridicidade (legalidade e legitimidade).

- 11** A apreciação pelo Congresso da concessão de emissoras de rádio e difusão representa controle externo legislativo.

Certo.

Nos termos da Carta Magna, art. 49, XII:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...)

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

- 12** O controle perpetrado pela Administração Direta sobre a Indireta é decorrência da tutela, e assim como o controle judicial, poderá ocorrer de ofício ou a pedido.

Errado.

O controle administrativo é promovido pela própria Administração. O controle administrativo exercido pela Administração Direta sobre a Indireta é consequência do princípio da tutela, como afirmado. Em conformidade com o Decreto-Lei n. 200/1967 – Lei de Organização da Administração Federal, art. 26, é exercido pelos Ministérios e por isso recebe o nome de supervisão ministerial.

Art. 26. No que se refere à Administração Indireta, a supervisão ministerial visará a assegurar, essencialmente.

E de fato, esse controle poderá ser realizado de ofício ou a pedido. Nada obstante, o erro da questão reside em afirmar que assim como o controle administrativo, o judicial poderá ser promovido de ofício. Na verdade, o controle judicial ocorrerá a pedido, pela via de ação judicial, como o mandado de segurança (CF/1988, art. 5º, LXIX e LXX), já que uma das características da jurisdição é a inércia como condição da imparcialidade dos órgãos do Poder Judiciário.

- 13** Configura quebra do sigilo bancário a requisição pelo Tribunal de Contas da União de documentos de auditoria interna promovida por sociedade de economia mista quando enfocados apenas dados operacionais sem a identificação de dados pessoais ou movimentações individuais dos correntistas.

Errado.

Em sentido oposto do que afirmado, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Ag. Reg. em Mandado de Segurança 23.168/DF, Rel. Ministra Rosa Weber, Julgado em 28/06/2019):

Quando enfocados apenas dados operacionais da sociedade de economia mista, sem identificação de dados pessoais ou de movimentações individuais dos correntistas, **não há falar em sigilo bancário** como óbice ao fornecimento dos documentos de auditoria interna requisitados pelo TCU. Esse é o entendimento que se extrai dos princípios da publicidade e da transparência, além da exigência de prestar contas, inerentes, por imposição constitucional, ao atuar dos entes.

As licitações públicas representam os procedimentos administrativos exigidos constitucionalmente da Administração Pública quando da necessidade de se celebrar contratos administrativos. Sobre esse importante tema, julgue.

14 Diferentemente da Lei n. 8.666/1993, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece como hipótese de licitação inexigível a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Certo.

A afirmação trazida na questão está consoante o inciso V do art. 74 da Lei n. 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Senão, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

V – aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

A Lei n. 8.666/1993, em seu art. 24, X, deveras, previa essa hipótese como de licitação dispensável.

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

15 De acordo com o Decreto n. 7.892/2013, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando pelas características do bem ou serviço houver necessidade de contratações frequentes.

Certo.

Trata-se da redação do art. 3º, I do referido diploma legal. Eis o seu teor:

Assinatura ILIMITADA 6.0

para concursos e OAB

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

